



ONU e Governo promoveram Diálogos Nacionais em Angola para debater os Sistemas Alimentares e a Segurança Alimentar no país

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, convocou uma **Cimeira sobre Sistemas Alimentares**, apelando aos presidentes e chefes de governo do Mundo a participarem num diálogo com vista a estabelecer os percursos nacionais para a transformação dos sistemas alimentares e a acelerar a acção colectiva para alcançar os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Os Estados-Membros da ONU foram incentivados a organizar **diálogos nacionais sobre os sistemas alimentares**, prévios à Cimeira que terá lugar paralelamente à 76ª Assembleia Geral da ONU de 14 a 30 de Setembro de 2021 em Nova Iorque.

Lançamento oficial em Angola

O lançamento oficial dos Diálogos Nacionais sobre os Sistemas Alimentares aconteceu no dia 6 de Julho no Ministério das Relações Exteriores (MIREX) sob a liderança da Secretária de Estado das Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, do Secretário de Estado para a Agricultura e Pecuária, João Cunha, e da Coordenadora Residente das Nações Unidas em Angola, Zahira Virani; e com a presença dos Representantes e pontos focais das Agências da ONU no país, nomeadamente: FAO, PAM, PNUD e UNICEF. Na ocasião, a Coordenadora Residente da ONU salientou a importância destes Diálogos Nacionais uma vez que, como referiu, “a alimentação atinge todos

AGENDA DOS DIÁLOGOS

- 6 de Julho: **Lançamento oficial** dos Diálogos sobre Sistemas Alimentares e das Consultas Públicas da ENSAN II - Encontro Nacional no MIREX, em Luanda
- 27-29 de Julho: **Diálogo “A contribuição das Florestas no Sistema Alimentar”** - Encontro Regional Norte e Capital, em Caxito (Bengo). Províncias participantes: Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda e Uíge
- 2-4 de Agosto: **Diálogo “A contribuição da Agricultura no Sistema Alimentar”** - Encontro Regional Centro-Norte, em Malanje. Províncias participantes: Lunda Norte, Lunda Sul, Cuanza Norte, Malanje e Moxico
- 6-9 de Agosto: **Diálogo “A contribuição da Pecuária no Sistema Alimentar”** - Encontro Regional Centro-Sul, no Huambo. Províncias participantes: Benguela, Huambo, Bié e Cuanza Sul
- 11-13 de Agosto: **Diálogo “A contribuição das Pescas no Sistema Alimentar”** - Encontro Regional Sul, no Namibe. Províncias participantes: Namibe, Huíla, Cunene e Cuando Cubango
- 16 de Setembro: **Encerramento dos Diálogos Nacionais** – Principais conclusões e recomendações - Encontro Nacional no MIREX, em Luanda



Lançamento oficial dos Diálogos em Angola no Ministério das Relações Exteriores, com representantes do Governo e das Agências das Nações Unidas.

os aspectos da existência humana. É essencial discutir estes sistemas alimentares e os seus desafios actuais, em conjunto com os principais intervenientes - ciência, negócios, política, saúde e academia, bem como agricultores, povos indígenas, organizações de juventude, grupos de consumidores, activistas ambientais – e propor alternativas mais inteligentes, mais eficientes e mais sustentáveis à forma como hoje produzimos”.

No âmbito das actividades, a **FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)** e o **Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP)** lideraram os debates provinciais dos **Diálogos Nacionais**. Os encontros a nível provincial decorreram em formato presencial e virtual e tiveram o objectivo de permitir a participação das 18 províncias do país.



Ministro da Agricultura e Pescas, António Assis, coordenador dos Diálogos Nacionais.



O Secretário de Estado para as Florestas, André Moda, liderando presencialmente os Encontros Regionais.

Consultas públicas ENSAN II: 2022-2030

Os objectivos dos Diálogos Nacionais no país enquadraram-se nas consultas públicas sobre a nova **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Angola (ENSAN II: 2022-2030)**. Deste modo, no âmbito dos Diálogos, o MINAGRIP e a FAO levaram a cabo as discussões a nível provincial e recolha de contributos para a ENSAN II. O objectivo geral da ENSAN II é promover um sistema alimentar sustentável em Angola, capaz de erradicar a fome e de alimentar adequadamente todos os angolanos, preservando os recursos naturais do país, assim como promovendo a sua resiliência alimentar. A ENSAN II assenta na visão da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação, com a promoção de um sistema alimentar sustentável e resiliente e com a aceleração de investimentos que permitam atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS número 2 que visa a erradicação da fome a nível mundial até 2030.

ENCONTROS NACIONAIS

Os encontros nacionais contaram com a presença de 930 participantes, dos quais 60% eram homens e 40% mulheres, maioritariamente da faixa etária dos 30 a 50 anos. A metodologia utilizada caracterizou-se por apresentações de dissertações sobre a contribuição das florestas, agricultura, pecuária, pescas e aquicultura, segurança alimentar e serviços de saúde no sistema alimentar, seguidas de trabalho de grupo e, finalmente, debate em plenária.

Os participantes representavam instituições e entidades do Governo, Assembleia Nacional, Governos Provinciais, Administrações Municipais, Assuntos Sociais da Casa Civil do Presidente da República, diferentes Ministérios e sectores, tais como: Relações Exteriores, Agricultura e Pescas, Saúde e Nutrição, Acção Social Família e Promoção da Mulher, Pecuária, Agrosilvicultura, Ambiente, Educação, Comércio, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e Comunicação Social. Do grupo destacou-se a presença do Secretário de Estado para as Florestas, Governadores, Vice Governadores, deputados da 6ª Comissão Parlamentar, Directores Nacionais, Directores de Gabinetes Provinciais, agricultores, representantes de associações e cooperativas, representantes de ONGs nacionais e internacionais, representantes do mundo académico, representantes do Instituto Camões, representantes da União Europeia, oficiais das Agências das Nações Unidas.

Encontro Regional Norte e Capital - Diálogo “A contribuição das Florestas no Sistema Alimentar” (Províncias: Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda e Uíge)

O Diálogo da Região Norte e Capital decorreu no Bengo, sob a liderança do Secretário de Estado para as Florestas, André Moda, e do Vice Governador da Província do Bengo, com a presença de 78 participantes: técnicos dos Ministérios que integram a Comissão Multisectorial da Segurança Alimentar e Nutricional, dos Governos Provinciais do Bengo, Luanda, Cabinda, Zaire, e Uíge, das Agências das Nações Unidas, da sociedade civil e do mundo académico. Os participantes reconheceram a necessidade e a urgência da recolha de contribuições das instituições públicas e da sociedade civil para tornar os sistemas alimentares angolanos mais sustentáveis.



O Assistente da Representante da FAO, Anastácio Roque Gonçalves, com o Secretário de Estado para as Florestas e o Vice Governador do Bengo.

Com base nos constrangimentos identificados, as recomendações dos participantes foram as seguintes: 1. Dinamizar as Escolas de Campo de Agricultores (ECAs) existentes; 2. Promover o surgimento de empresas âncora para a formação de parcerias com as explorações agrícolas familiares para a disseminação de novas tecnologias e aumento da produção de bens alimentares; 3. Ordenar as grandes fazendas no sentido de salvaguardar o interesse dos pequenos produtores nas zonas de transumância, fomentar a produção de pastos com recurso ao regadio e aplicação de pesticidas; 4. Facilitar o acesso a divisas para a importação de insumos agropecuários (sementes, máquinas e instrumentos de trabalho, fertilizantes e aditivos para a ração animal, vacinas e artefacto de pesca); 5. Capacitar continuamente os técnicos do sector e promover concursos públicos para admissão de novos técnicos e pessoal administrativo qualificado; 6. Assegurar a existência de uma rede agrometeorológica e de apoio ao sector produtivo com vista a garantir a realização de previsões sazonais e alertas;

7. Promover técnicas e infraestruturas de mitigação para fazer face às alterações climáticas; 8. Promover a utilização de sementes resistentes a secas; 9. Promover uma agricultura que respeite o ambiente; 10. Implementar o seguro agrícola, de pescas, de pecuária e florestal; 11. Promover e incentivar a criação de fábricas de fertilizantes no país; 12. Promover acções educativas sobre a conservação e protecção das florestas, incluindo as de sensibilização de combate às queimadas e incêndios florestais; 13. Zoneamento das áreas agrícolas, florestais e ambientais (reservas); 14. Promover o uso de produtos florestais não linhosos para a melhoria da dieta alimentar (mel, cogumelos, tubérculos, raízes).

O diálogo entre os participantes do encontro da Região Norte e Capital permitiu chegar à conclusão geral da necessidade de aumentar a proporção de recursos do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o sector produtivo.



Os debates foram frutíferos e participativos em todas as províncias.

Encontro Regional Centro-Norte - Diálogo “A contribuição da Agricultura no Sistema Alimentar” (Províncias: Lunda Norte, Lunda Sul, Cuanza Norte, Malanje e Moxico)

O Diálogo da Região Centro-Norte teve lugar em Malanje, sob a liderança do Secretário de Estado para as Florestas, André Moda, e do Vice Governador da Província de Malanje, Domingos Eduardo, com a presença de 61 participantes: técnicos do MINAGRIP, directores municipais de Agricultura das províncias de Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Cuanza Norte e Moxico, da sociedade civil, das Agências das Nações Unidas, e produtores.



Em Malanje, o Secretário de Estado para as Florestas, com o Governador e Vice Governador da província.

Depois de um trabalho participativo, em que todas as ideias dos participantes foram tidas em conta, chegou-se às seguintes conclusões e recomendações: 1. Dotar os produtores com conhecimentos técnico-científicos; 2. Aumentar o orçamento de Estado para o sector agropecuário, pescas e florestas para 10% do OGE, de acordo os compromissos de Malabo; 3. Repensar a dinamização do sector para assegurar sistemas alimentares sustentáveis equitativos e resilientes; 4. Compatibilizar a lei de Minas com outras actividades económicas; 5. Repensar o sector agrícola, pesqueiro e florestal, com vista à valorização dos quadros; 6. Renumerar condignamente os quadros do sector produtivo, minimizando a migração de mão-de-obra para outros sectores; 7. Mapear as áreas de exploração mineira, agrária, pesqueira, florestal e aquícola para evitar conflitos; 8. Incrementar a aquicultura; 9. Garantir a construção e reabilitação das vias de comunicação; 10. Implementar projectos de combate à mosca Tsé-Tsé e introdução de raças tripanotolerantes; 11. Subvencionar os factores de produção à escala nacional; 12. Incentivar a expansão da rede de comercialização; 13. Subvencionar os combustíveis para o sector agrícola; 14. Incentivar a constituição de brigadas de mecanização agrícola; 15. Criar infraestruturas de conservação e distribuição de produtos alimentares.



Os participantes trabalharam em grupos os temas debatidos nas plenárias.

Encontro Regional Centro-Sul - Diálogo “A contribuição da Pecuária no Sistema Alimentar” (Províncias: Benguela, Huambo, Bié e Cuanza Sul)

O Diálogo da Região Centro-Sul teve lugar no Huambo, sob a liderança do Secretário de Estado para as Florestas, André Moda, e da Governadora da Província do Huambo, Lotti Nolika, com a presença de 81 participante dos diferentes sectores dos Governos Provinciais do Huambo, Benguela, Bié e Cuanza Sul, técnicos das Agências das Nações Unidas, bem como da sociedade civil, incluindo cooperativas de produtores e associações de camponeses.



Grupos de trabalho a esboçar recomendações sobre os temas em discussão.

Com a visão de uma região onde todos os cidadãos tenham disponibilidade, estabilidade, acesso físico e económico sustentável a alimentos para satisfazer as necessidades alimentares e nutricionais e para a produção de excedentes para a exportação, os participantes chegaram às seguintes conclusões e recomendações: 1. Repensar a dinamização do sector agro-pecuário, pescas, aquicultura e florestas como prioridade para assegurar um sistema alimentar sustentável, equitativo e resiliente; 2. Reforçar a capacidade de investigação e assistência técnica dos institutos IIA, IIV, ISV, INCA, IDF, SENSE, IDA, IPAA para apoiar as famílias camponesas e pescadoras; 3. Promover a legalização das cooperativas, associações e grupos de camponeses e pescadores; 4.

Promover a concessão e legalização de terras para actividades agrícolas, florestais, pecuárias e aquícolas; 5. Promover o empoderamento das mulheres e jovens; 6. Acelerar as dotações orçamentais do sector agrícola até alcançar os 10% do OGE, de acordo com os compromissos assumidos em Malabo; 6. Desburocratizar o acesso ao crédito, assegurar taxas de juros bonificadas; 7. Operacionalizar uma intervenção multisectorial e inter-institucional, para que a dimensão nacional da ENSAN II seja tratada de forma equilibrada a vários níveis; 8. Necessidade de reduzir os níveis de fome, pobreza e desnutrição crónica na região; 9. Criar e promover a operacionalização da ENSAN II e seus órgãos de governança territoriais; 10. Promover a sustentabilidade dos

sistemas alimentares a nível territorial; 11. Fomentar a estabilidade dos ecossistemas, na regulação do clima, gestão dos solos e da água; 12. Melhorar a mecanização agrícola na região; 13. Instalar sistemas agro-silvo-pastoris com plantas multifuncionais; 14. Intensificar a investigação científica nos diferentes sectores com pendor acima referenciado; 15. Regionalizar a pecuária de acordo com o potencial, hábitos e vocação das suas populações; 16. Intensificar acções que visam o aproveitamento dos produtos florestais com realce para os não lenhosos por serem permanentes e resilientes aos factores adversos (estiagens, seca e sem custos adicionais no seu maneio).



Intervenção da Governadora do Huambo, Lotti Nolika.

Encontro Regional Sul - Diálogo “A contribuição das Pescas e Aquicultura no Sistema Alimentar” (Províncias: Namibe, Huíla, Cunene e Cuando Cubango)

O Diálogo da Região Sul decorreu no Namibe, sob a liderança do Secretário de Estado para as Florestas, André Moda, e da Vice Governadora da Província do Namibe, Maiza Tavares. O encerramento do encontro esteve a cargo do Governador da província, Archer Mangureira. Este último encontro teve a presença de 76 participantes: técnicos do MINAGRIP, dos Governos Provinciais do Namibe, Huíla, Cunene e Cuando Cubango, das Administrações Municipais do Namibe, da sociedade civil, das Agências das Nações Unidas, e do mundo académico.



No Namibe, a Vice Governadora, Maiza Tavares, com o Secretário Estado para as Florestas e o Assistente da Representante e Chefe de Programas da FAO em Angola.

O grupo chegou às seguintes conclusões e recomendações: No sector da aquicultura: 1. Formação e capacitação no sector da aquicultura; 2. Facilitar o acesso ao crédito bancário para os projectos de aquicultura; 3. Incentivar a formalização e legalização de cooperativas aquícolas; 4. Fazer a réplica de projectos de aquicultura bem sucedidos em varias regiões do país, com condições ecologicamente favoráveis; 5. Incentivar o investimento privado para a construção de fábricas regionais de ração

aquícola. No sector da agricultura: 1. Potencializar a agricultura familiar para evitar o êxodo rural; 2. Estender a rede escolar até às zonas mais remotas, bem como implementar a alfabetização nas Escolas de Campo; 3. Aumentar o nível de conhecimento de boas práticas agrícolas, bem como melhorar os níveis de produtividade e resiliência alimentar; 4. Melhorar as vias de acesso secundárias e terciárias; 5. Utilizar as águas fluviais através de construção de barragens, represas e chimpacas para agricultura de

regadio; 6. Promover o associativismo e cooperativismo nos corredores com grande migração populacional; 7. Melhorar o zoneamento agrícola por municípios; 8. Promover empresas âncoras "agregadoras de valor"; 9. Criar projectos estruturantes para incentivar o uso de tecnologias de baixo custo (fabricação de adubos orgânicos, compostagem e biogás); 10. Sensibilizar, capacitar e potencializar os agricultores familiares para que deixem de praticar agricultura de subsistência para uma agricultura de rendimento/comercialização; 11. Implementar a recomendação da Declaração de Malabo de 2014, que insta os Estados a incrementar os seus Orçamentos em 10% garantindo a segurança alimentar e nutricional; 12. Adopção de alternativas de produção eficientes e sustentáveis. No sector da pecuária: 1. Melhorar as condições salariais, implementação de subsídios de risco e de trabalho dos trabalhadores agro-pecuários; 2. Admissão de pessoal técnico para o sector; 3. Potencializar as Estações Zootécnicas para o melhoramento do gado autóctone; 4. Criar pequenas unidades de transformação e conservação de produtos de origem animal; 5. Criar condições de conservação de fármacos e outros meios biológicos para a pecuária; 6. Reactivar o laboratório de vacinas pelo IIV; 7. Dinamizar a cadeia de comercialização do gado; 8. Adoptar políticas para a criação de bancos de leite; 9. Criar reservas de pastos, forragem e produção de ração animal; 10. Reforçar a fiscalização nos corredores de transumância e abeberamento de gado; 11. Aplicar a lei, sobre o uso e aproveitamento de terras; 12. Melhorar a investigação veterinária (inseminação artificial, rastreio de doenças, análises laboratoriais das principais doenças); 13. Capacitar intervenientes do sector em manejo e gestão de pastos, gestão do gado, doenças endémicas, armazenamento, manuseamento e gestão de stock de fármacos veterinários; 14. Construir e melhorar os matadouros; 15. Construir represas e/ou chimpacas para o aprovisionamento das águas pluviais; 16. Recuperar furos existentes nas rotas de transumância.



Encerramento do Diálogo da Região Sul pelo Governador da Província do Namibe, Archer Manguiera.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os Diálogos Nacionais encerraram com a realização de um Workshop Nacional de encerramento dos Diálogos e Consulta Pública da ENSAN II, que teve lugar no dia 16 Setembro, no MIREX e que foi liderado, do lado das Nações Unidas, pela Coordenadora Residente, Zahira Virani.

Os diálogos debruçaram-se sobre a transformação dos sistemas alimentares. Dentro desse tema central debateram-se subtemas, como a relação com o meio ambiente, a saúde, a protecção social e o enfoque necessário para a nutrição; equidade; necessidade de parcerias; finanças; e assuntos específicos relacionados a produção de alimentos - tecnologia, inovação, gestão de recursos naturais, desperdício de alimentos, segurança alimentar e nutricional.

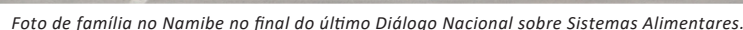
Os diálogos foram direccionados para a recolha de contributos dos participantes sobre as contribuições das florestas, agricultura, pecuária, pescas e aquicultura nos sistemas alimentares, ligando questões relevantes sobre alterações climáticas, meios de subsistência equitativos, saúde e nutrição, segurança alimentar e nutricional, monitoria e avaliação, igualdade do género, inovação, ciência e tecnologia, empoderamento das mulheres e dos jovens, educação alimentar, sanitária e ambiental, e assuntos ligados à economia e finanças dos sistemas alimentares. A transformação dos sistemas alimentares, incluindo a sua fragilidade, foi amplamente discutida em termos de sistemas de produção, processamento, transformação armazenamento e distribuição, centrando-se nos sistemas alimentares regionais e a necessidade de reforçar o financiamento do sector de produção alimentar, tanto público como privado.

Aspectos ligados às finanças foram frequentemente mencionados, desde o empoderamento económico e produtivo das mulheres e dos jovens, à necessidade de facilitar o crédito bancário, reduzir taxas e impostos, e aumentar incentivos de mercado aos produtores familiares, passando pela necessidade de ter disponível capital e renda em todas as regiões de Angola.

Todas as partes interessadas concordaram na necessidade do fortalecimento da participação social na tomada de decisões políticas e programáticas, com vista a reforçar a governança do sistema alimentar, usando e promovendo abordagens multi-actores e a criação de plataformas de governança da



i) Estabelecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SINASAN) com seus órgãos de coordenação a nível nacional e local; ii) Aceleração no cumprimento da Declaração de Malabo sobre CAADP (Programa Alargado para o Desenvolvimento da Agricultura em África, do inglês: Comprehensive African Agriculture Development Programme); iii) Promover e proteger a utilização e consumo de alimentos diversificados locais, regionais e tradicionais; iv) Promover e incluir a investigação e inovação como apoio a transformação de sistemas alimentares sustentáveis.



unicef 
para cada criança